

## CARTA DO EDITOR

Entre 23 e 27 de novembro de 2009, ocorreu em Águas de Lindóia, São Paulo, o XII Encontro Nacional de Editores Científicos, organizado pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Nesta edição do evento, o tema que mais mobilizou os editores foram as novas regras de avaliação de periódicos científicos (Qualis) estipuladas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Palestras, painéis e debates foram promovidos com a intenção de nivelar informações e implantar canais de diálogo entre editores e entre estes e representantes da CAPES. Ao longo daquela semana, o que se viu e ouviu foram contundentes críticas de editores à metodologia de avaliação, considerada equivocada e prejudicial às revistas brasileiras, e à falta de transparência da CAPES em decisões tão importantes e de tão grande impacto na comunidade científica quanto a pretensa avaliação de periódicos. Já tratei deste assunto neste mesmo espaço (ver v. 4, n. 1, 2009).

Uma novidade salutar no Encontro foi a organização de fóruns de discussão por área de conhecimento. A intenção dos organizadores foi coletar dados padronizados para elaborar um panorama sobre a situação das revistas brasileiras, sobretudo em suas características editoriais (escopo, missão, idioma, público etc.) e nos problemas que enfrentam no âmbito da infra-estrutura, do apoio financeiro e da indexação. O fórum de Ciências Humanas contou com a participação de 15 editores e de representantes de dezenas de revistas, principalmente gestores de portais de periódicos universitários. No documento final, disponível no sítio da ABEC ([www.abecbrasil.org.br](http://www.abecbrasil.org.br)), os signatários fazem várias recomendações, algumas das quais reproduzo aqui pela importância para nossa revista: a) a necessidade das instituições mantenedoras de revistas garantirem a infra-estrutura e o financiamento das mesmas (o que se viu, nos últimos anos, foi uma proliferação de revistas sem garantias de financiamento de longo prazo); b) a necessidade das agências de fomento (CNPq, CAPES e FAPs) ampliarem os recursos destinados ao financiamento de revistas, tornarem transparentes os critérios de seleção de periódicos e de distribuição de recursos (por área e dentro de cada área), e estipularem categorias distintas de fomento para periódicos já consolidados e outros em processo de consolidação, evitando-se, assim, a concentração de recursos nas mesmas revistas; c) a necessidade da SciELO ampliar a representação da área de Ciências Humanas em sua coleção, evitando o efeito perverso da reserva de mercado e atuando positivamente e nacionalmente na divulgação de seus critérios de avaliação e seleção; d) a necessidade da CAPES rever seus critérios de avaliação de periódicos, sobretudo os do extrato A, uma vez que pouquíssimas revistas da área de Ciências Humanas figuram no “Journal Citation Reports” e na “Web of Science”. Também foi criticada a “não transparência em relação à forma como são construídos os instrumentos avaliativos bem como a inexistência de capacitação, orientação e informação aos editores e equipes editoriais quando os periódicos recebem a avaliação situada no Extrato B, especificando-se em quais aspectos os mesmos não atenderam aos critérios, e quais destes foram alcançados”.

Enquanto aguardamos pelo bom senso dos que podem interferir no conflituoso processo de avaliação de periódicos no Brasil, prosseguimos com a tarefa de estimular debates, agregar competências e ampliar o conhecimento em suas várias conexões e tangentes. Este número do **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** reúne

dez textos em torno do tema “Ciência e Política”, sendo sete artigos, uma nota de pesquisa e duas memórias históricas. A maior parte deles foi apresentada no simpósio “O engajamento político dos cientistas na América Latina”, coordenado por Heloisa Maria Bertol Domingues (Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT) e por Antonio Augusto Passos Videira (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), dentro da programação do 11º. Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia (Niterói, RJ, 26 a 29 de outubro de 2008).

Nos artigos que seguem, autores com formação em antropologia, história, filosofia, educação, ciência da informação e física discutem as interações e os conflitos entre campo científico e campo político, mostrando que, ao longo do tempo, as múltiplas influências entre um campo e outro são fundamentais para a institucionalização e o desenvolvimento (ou não) da ciência em vários contextos nacionais; para o equilíbrio (ou não) das relações internacionais; para a elaboração de políticas públicas e marcos regulatórios no âmbito do conhecimento e do patrimônio cultural; para a definição de carreiras científicas e identidades sociais. Independentemente da formação dos autores, dos estudos de caso e da diversidade de abordagens, é evidente o potencial do tema para várias disciplinas e como as Ciências Humanas ganham com o diálogo multidisciplinar.

Na seção “Memória”, dois textos abordam a trajetória científica e política de Jacques Huber (1867-1914), botânico suíço, ex-diretor do Museu Goeldi e uma das grandes autoridades nos aspectos taxonômicos, biogeográficos e econômicos da flora amazônica. O primeiro é um ensaio biográfico escrito por Osvaldo Rodrigues da Cunha (Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT), tentativa pioneira de compilar informações sobre a vida e a obra do cientista, publicado originalmente na década de 1980. O segundo, de Anna Raquel de Matos Castro, Nelson Sanjad e Doralice Romeiro (Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT), trata de um momento particular da vida de Huber, a viagem que fez ao Oriente nos anos de 1911 e 1912 para averiguar *in loco* as plantações de seringueiras financiadas pelos ingleses – e que dois anos depois iriam derrubar a economia amazônica ao inundar o mercado europeu e norte-americano com borracha bem mais barata que a comercializada pelo Brasil.

A iniciativa dos ingleses já foi saudada como exemplo de planejamento, racionalidade e competência, em oposição ao extrativismo amazônico, interpretado como arcaico nas suas estruturas econômicas e relações sociais. As fotografias que acompanham o texto de Castro, Sanjad e Romeiro, pertencentes ao acervo do Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi e publicadas pela primeira vez, mostram uma realidade um pouco mais complexa do que a historiografia tem apresentado sobre o assunto. Se, por um lado, razões de ordem estrutural e ecológica impediram o aperfeiçoamento da chamada ‘economia da borracha’ na Amazônia, por outro, a expansão dessa mesma economia no Oriente, incentivada pelos capitais ingleses, teve como base a devastação das florestas tropicais para a monocultura de hevea, a exploração da mão-de-obra local e o conhecimento científico. O olhar de Huber – que se preocupou com os detalhes de todo o processo de construção e funcionamento de uma *rubber tree plantation* – foi preciso nos registros da paisagem, do aperfeiçoamento das técnicas de plantio, sangramento, irrigação e adubação, e das condições de trabalho das pessoas contratadas para o serviço, pouco diferentes das condições do seringueiro amazônico, talvez até mesmo piores se atentarmos para a subnutrição, a pobreza e o trabalho infantil registrados por Huber. Basta que o leitor volte à capa desta revista e atente para o pé direito do trabalhador malaio. Se o fizer, verá que o homem mal pisa o chão, pois um dos dedos está gangrenado.

A divulgação desse acervo tem como objetivo incentivar novos estudos sobre o assunto, que questionem, sobretudo, a ‘racionalidade’ da produção inglesa, e que também demonstrem como o conhecimento científico foi mobilizado pelo capital de maneira a possibilitar as notáveis plantações de seringueiras a milhares de quilômetros da pátria nativa da espécie.

Em sequência, publicamos quatro resenhas bibliográficas, a primeira das quais de autoria de José Augusto Drummond (Universidade de Brasília) sobre a biografia de Henry Alexander Wickham (1846-1928), conhecido por ter

levado para a Inglaterra as primeiras sementes de seringueira, em meados do século XIX. Por sua vez, Ana Vilacy Galúcio (Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT) ressalta a importância da documentação das línguas e dos rituais indígenas a partir da divulgação dos registros fonográficos que Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) fez no rio Negro, Amazonas. Renan Freitas Pinto (Universidade Federal do Amazonas) destaca as contribuições de recente lançamento sobre a obra e a atuação política de Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). Por fim, Maria das Graças Ferraz Bezerra (Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT) resume os principais estudos publicados em obra coletiva sobre a Floresta Nacional de Caxiuanã, Pará.

Agradeço a Heloisa Maria Bertol Domingues pela organização do número, aos autores pelo interesse e empenho no aperfeiçoamento dos textos e à equipe editorial pelo primoroso trabalho que continua realizando. Este número é dedicado a Osvaldo Rodrigues da Cunha, pesquisador titular emérito do Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT.

Boa leitura!

**Nelson Sanjad**  
Editor Científico